



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA

Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para intermediação e agenciamento de transporte terrestre, via aplicativo ou agendamento, para atender às necessidades de deslocamento de magistrados, servidores e colaboradores do TRE-PA que atuam nas Zonas Eleitorais do interior do estado, por demanda, conforme especificações e quantitativo estabelecidos neste Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 5 ANOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Intermediação e agenciamento de transporte terrestre de pessoas e materiais, por meio de aplicativo	24198	Km rodado	876.480	R\$ 4,59	R\$ 4.023.043,20

1.1.2. O código do serviço foi retirado do *catálogo de compras* do Governo Federal ([Catálogo ComprasGOV](#)). Em caso de divergência entre as especificações do item descritas no **CATSER** e as constantes no edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

1.1.3. A tabela a seguir detalha os locais onde o serviço será prestado, com seus respectivos limites de quilometragem mensal e anual:

UNIDADES	MUNICÍPIO TERMO	QUANTIDADE MÁXIMA MENSAL ESTIMADA EM KM (PARA TODAS AS ZONAS)	DESLOCAMENTO AO MUNICÍPIO-TERMO EM QUILOMETROS	QUILOMETROS EXTRAS PARA ZONAS COM MUNICÍPIO-TERMO. (UMA IDA POR MÊS EM CADA MUNICÍPIO)	TOTAL MENSAL (KM)	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA (KM)
02ª ZE – CACHOEIRA DO ARARI	SANTA CRUZ DO ARARI	100	49	98	198	2376
03ª ZONA ELEITORAL - SOURE	SALVATERRA	100	7	14	114	1368
04ª ZONA ELEITORAL - CASTANHAL	SANTA MARIA DO PARÁ INHANGAPI	100	46 (Inhangapi) 42 (Santa Maria)	176	276	3312
05ª ZONA ELEITORAL - IGARAPÉ-AÇU	SÃO FRANCISCO DO PARÁ MAGALHÃES BARATA	100	24 (São Francisco) 41 Magalhães Barata)	130	230	2760
06ª ZONA ELEITORAL - IGARAPÉ-MIRI		100			100	1200

07ª ZONA ELEITORAL - ABAETETUBA		100			100	1200
08ª ZONA ELEITORAL - VIGIA	COLARES SÃO CAETANO DE ODIVELAS	100	46 (Colares) 25 (São Caetano)	142	242	2904
09ª ZONA ELEITORAL - CURUÇÁ	SÃO JOÃO DA PONTA	100	43 KM	86	186	2232
10ª ZONA ELEITORAL - MUANÁ		100			100	1200
11ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	IRITUIA	100	23	46	146	1752
12ª ZONA ELEITORAL - CAMETÁ		100			100	1200
13ª ZONA ELEITORAL - BRAGANÇA	TRACUATEUA	100	16	32	132	1584
14ª ZONA ELEITORAL - VISEU	CACHOEIRA DO PIRIÁ	100	98		100	1200
15ª ZONA ELEITORAL - BREVES	BAGRE	100	Não existe trajeto por estrada		100	1200
16ª ZONA ELEITORAL - AFUÁ		100			100	1200
17ª ZONA ELEITORAL - CHAVES		100			100	1200
18ª ZONA ELEITORAL - ALTAMIRA	BRASIL NOVO VITÓRIA DO XINGU	100	43 (Brasil Novo) 49 (Vitória do Xingú)	184	284	3408
19ª ZONA ELEITORAL - MONTE ALEGRE		100			100	1200
20ª ZONA ELEITORAL - SANTARÉM	MOJUÍ DOS CAMPOS	100	34	68	168	2016
21ª ZONA ELEITORAL - ALENQUER	CURUÁ	100	144	288	388	4656
22ª ZONA ELEITORAL - ÓBIDOS		100			100	1200
23ª ZONA ELEITORAL - MARABÁ	NOVA IPIXUNA	100	60	120	220	2640
24ª ZONA ELEITORAL - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	FLORESTA DO ARAGUAIA SANTA MARIA DAS BARREIRAS	100	194 (Floresta do Araguaia) 135 (Santa Maria Das Barreiras)	638	738	8856
25ª ZONA ELEITORAL - CAPANEMA	PEIXE-BOI	100	19	38	138	1656

26ª ZONA ELEITORAL - GURUPÁ		100			100	1200
27ª ZONA ELEITORAL - PONTA DE PEDRAS		100			100	1200
31ª ZONA ELEITORAL - MARACANÃ		100			100	1200
32ª ZONA ELEITORAL - MARAPANIM	TERRA ALTA	100	51	102	202	2424
33ª ZONA ELEITORAL - NOVA TIMBOTEUA	QUATIPURU SANTARÉM NOVO PRIMAVERA	100	77 (Quatipuru) 41 (Santarém Novo) 63 (Primavera)	362	462	5544
34ª ZONA ELEITORAL - ITAITUBA	TRAIRÃO AVEIRO	100	87 (Trairão) Não existe Trajeto por estrada para Aveiro	174	274	3288
35ª ZONA ELEITORAL – BAIÃO	MOCAJUBA	100	34	68	168	2016
36ª ZONA ELEITORAL - SANTA IZABEL DO PARÁ	SANTA BÁRBARA DO PARÁ SANTO ANTÔNIO DO TAUA	100	28 (Santa Barbara) 18 (Santo Antônio)	92	192	2304
37ª ZONA ELEITORAL – MOJU		100			100	1200
38ª ZONA ELEITORAL - ORIXIMINÁ		100			100	1200
39ª ZONA ELEITORAL - TOMÉ-AÇU		100			100	1200
40ª ZONA ELEITORAL – TUCURUÍ		100			100	1200
41ª ZONA ELEITORAL – OURÉM	SANTA LUZIA DO PARÁ BONITO	100	45 (Santa Luzia) 46 (Bonito)	182	282	3384
42ª ZONA ELEITORAL – PARAGOMINAS		100			100	1200
44ª ZONA ELEITORAL - PORTEL		100			100	1200
45ª ZONA ELEITORAL - OEIRAS DO PARÁ		100			100	1200
46ª ZONA ELEITORAL - SANTANA DO ARAGUAIA		100			100	1200
48ª ZONA ELEITORAL - SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA		100			100	1200

49ª ZONA ELEITORAL - MÃE DO RIO	IPIXUNA DO PARÁ AURORA DO PARÁ	100	50 (Ipixuna) 10 (Aurora do Pará)	120	220	2640
50ª ZONA ELEITORAL - CASTANHAL	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	100	63	126	226	2712
51ª ZONA ELEITORAL - RONDON DO PARÁ	ABEL FIGUEIREDO	100	43	86	186	2232
52ª ZONA ELEITORAL - AUGUSTO CORRÊA		100			100	1200
53ª ZONA ELEITORAL - SÃO FÉLIX DO XINGU		100			100	1200
54ª ZONA ELEITORAL - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO		100			100	1200
55ª ZONA ELEITORAL – ALMEIRIM		100			100	1200
56ª ZONA ELEITORAL – ITUPIRANGA		100			100	1200
57ª ZONA ELEITORAL – SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA / PALESTINA DO PARÁ / SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	100	80 (Palestina) 73 (Brejo Grande) 27 (São Domingos)	360	460	5520
58ª ZONA ELEITORAL – CURIONÓPOLIS	ELDORADO DOS CARAJÁS	100	33 km	66	166	1992
59ª ZONA ELEITORAL – REDENÇÃO	PAU D'ARCO CUMARU DO NORTE	100	26 (Pau D'arco) 93 (Cumarú)	238	338	4056
60ª ZONA ELEITORAL - RIO MARIA	BANNACH	100	70	140	240	2880
61ª ZONA ELEITORAL – XINGUARA	SAPUCAIA ÁGUA AZUL DO NORTE	100	35 (Sapucaia) 78 (Água Azul do Norte)	226	326	3912
62ª ZONA ELEITORAL - SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PIÇARRA	100	44	88	188	2256
64ª ZONA ELEITORAL – SALINÓPOLIS	SÃO JOÃO DE PIRABAS	100	39	78	178	2136
65ª ZONA ELEITORAL – BARCARENA		100			100	1200
68ª ZONA ELEITORAL – RURÓPOLIS	PLACAS	100	88	176	276	3312

69ª ZONA ELEITORAL – JACUNDÁ		100			100	1200
70ª ZONA ELEITORAL - CAPITÃO POÇO		100			100	1200
74ª ZONA ELEITORAL – TUCUMÃ	OURILÂNDIA DO NORTE	100	9	18	118	1416
75ª ZONA ELEITORAL - PARAUPEBAS	CANAÃ DOS CARAJÁS	100	66	132	232	2784
79ª ZONA ELEITORAL – URUARÁ		100			100	1200
80ª ZONA ELEITORAL – PACAJÁ	ANAPU	100	79	128	228	2736
81ª ZONA ELEITORAL - GARRAFÃO DO NORTE	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	100	45	90	190	2280
82ª ZONA ELEITORAL - PORTO DE MOZ		100			100	1200
83ª ZONA ELEITORAL - SANTARÉM		100			100	1200
6584ª ZONA ELEITORAL - DOM ELISEU	ULIANÓPOLIS	100	63	126	226	2712
85ª ZONA ELEITORAL – MEDICILÂNDIA		100			100	1200
86ª ZONA ELEITORAL - CURRALINHO		100			100	1200
87ª ZONA ELEITORAL - CONCÓRDIA DO PARÁ	BUJARU	100	70	140	240	2880
88ª ZONA ELEITORAL - LIMOEIRO DO AJURU		100			100	1200
89ª ZONA ELEITORAL - TERRA SANTA	FARO	100	78	156	256	3072
90ª ZONA ELEITORAL – ANAJÁS		100			100	1200
91ª ZONA ELEITORAL - NOVO PROGRESSO		100			100	1200
92ª ZONA ELEITORAL – PRAINHA		100			100	1200
93ª ZONA ELEITORAL – TAILÂNDIA		100			100	1200

94ª ZONA ELEITORAL – ACARÁ		100			100	1200
99ª ZONA ELEITORAL - MELGAÇO		100			100	1200
100ª ZONA ELEITORAL – MARABÁ	BOM JESUS DO TOCANTINS	100	78	156	256	3072
101ª ZONA ELEITORAL - NOVO REPARTIMENTO		100			100	1200
102ª ZONA ELEITORAL – JACAREACANGA		100			100	1200
103ª ZONA ELEITORAL - BREU BRANCO	GOIANÉSIA DO PARÁ	100	60	120	220	2640
104ª ZONA ELEITORAL – SANTARÉM	BELTERRA	100	49	98	198	2376
105ª ZONA ELEITORAL – JURUTI		100			100	1200
106ª ZONA ELEITORAL – PARAUAPEBAS		100			100	1200
TOTAL		8.700		5908	14.608	175.296

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.3. O objeto será adjudicado por **item único**, conforme definido nos estudos técnicos preliminares.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos contados da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Este serviço é considerado contínuo, nos termos do artigo 6º, inciso XVI, da Lei 14.133/2021, pois visa atender à necessidade diária de transporte nas Zonas Eleitorais. A contratação por vários anos é mais vantajosa, conforme justificado no item 2.2.1 dos Estudos Preliminares.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e demais cláusulas obrigatórias.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

2.2.1. A contratação está alinhada ao objetivo estratégico: GDC - Desenvolver a justiça itinerante no âmbito do TRE; e FSPE - Aprimorar o processo de gestão das Eleições Oficiais; cujo foco reside na promoção da eficácia dos serviços públicos, garantindo o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, ao mesmo tempo em que busca otimizar a utilização dos recursos orçamentários disponíveis.

2.3. O planejamento da contratação observa as diretrizes da Resolução CNJ nº 400/2021 quanto à adoção de práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade da solução, de forma a garantir uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de contratação, considerando, no que aplicável:

- As alternativas e inovações de mercado;
- A real necessidade de aquisição do produto e/ou serviço; e
- Possíveis impactos da contratação nas metas previstas para os indicadores monitorados pelo PLS do órgão.

2.4. O planejamento da contratação está alinhado com o Plano de Logística Sustentável - PLS, mais especificamente com o objetivo específico "aprimorar os processos de compras e contratações, promovendo a inserção de critérios socioambientais nos contratos", conforme requisitos contidos na especificação técnica do objeto e no item 4.1 deste TR.

2.5. Os serviços a serem contratados são considerados atividades de apoio, de acordo com a Resolução TSE Nº 23.702, Decreto n.º 9.507/2018 e IN SEGES nº 5/2017, e não fazem parte das funções principais dos cargos do TRE-PA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Objetivo da Solução

O objetivo desta contratação é fornecer serviços de transporte por meio de aplicativo para atender às necessidades de deslocamento das Zonas Eleitorais do interior do estado do Pará. A solução busca oferecer um meio de transporte eficiente, seguro e econômico, especialmente durante os períodos eleitorais, quando a demanda por transporte aumenta significativamente.

3.2 Facilidade de Uso

A solução prioriza a facilidade de uso para o usuário. Para solicitar o serviço, basta que o usuário realize o cadastro no sistema, tenha o aplicativo mobile instalado ou acesse a aplicação web, e possua acesso à internet. A plataforma dispensa a necessidade de solicitar o serviço por meio do gestor. Além da facilidade na solicitação, a plataforma oferece relatórios online, que proporcionam transparência e controle sobre o serviço, com acesso a todas as informações das corridas realizadas. Isso permite a desburocratização do serviço de transporte, com a aplicação de controles posteriores apenas sobre os usos com aparente desvio, tornando a gestão do serviço mais eficiente.

3.3 Solicitação do Serviço

A requisição do serviço, realizada pelo usuário por meio da aplicação web ou aplicativo mobile, é enviada a motoristas cadastrados no sistema para atendimento em um tempo mínimo definido no Termo de Referência.

Detalhes da Solicitação:

- A corrida se inicia após o embarque do usuário e termina no desembarque, caracterizando um serviço sob demanda, com cobrança apenas pelo uso efetivo do serviço.
- O usuário recebe por e-mail uma cópia do recibo eletrônico da corrida, com informações sobre o serviço e um espaço para avaliação, contribuindo para a manutenção da qualidade do serviço.
- O prazo máximo para o motorista atender à solicitação é de 15 minutos.
- O usuário pode cancelar a solicitação sem custos nos primeiros 5 minutos. Após esse período, o cancelamento é gratuito desde que o motorista ainda não tenha iniciado o atendimento, ou seja, antes do embarque do usuário no veículo.

3.4 Cobrança e Faturamento

A cobrança do serviço ocorre apenas pelo trajeto realizado, iniciando-se com o embarque do usuário no veículo e finalizando com o desembarque no destino. As corridas realizadas são faturadas no início do mês seguinte, com o TRE-PA realizando uma análise para identificar possíveis incorreções nos registros e avaliar a qualidade do serviço.

Informações Importantes sobre Cobrança:

- É proibida a cobrança de taxas adicionais, como para transporte de bagagem, retorno ou quantidade de passageiros.
- O recibo discriminará os valores de cada atendimento.
- O sistema deve processar o valor da corrida mesmo sem internet no local de destino.

3.5 Requisitos dos Veículos, Motoristas e solução tecnológica

Os veículos e motoristas devem atender às disposições do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), normas do CONTRAN e legislação municipal.

Especificações Mínimas dos Veículos:

- Idade máxima definida pela legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil, ou para veículos elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil.
- Sistema de ar-condicionado em pleno funcionamento.
- No mínimo 4 portas.
- Atendimento às normas de segurança veicular vigentes.

- Se o serviço for realizado por agenciamento de táxi ou transporte individual remunerado, os veículos também devem seguir as normas específicas para esses serviços na região.

Requisitos para os Motoristas:

- Tratar os clientes com presteza e polidez.
- Trajar-se adequadamente para a função.
- Manter o veículo em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.
- Cumprir as leis de trânsito.
- Se o serviço for realizado por agenciamento de táxi ou transporte individual remunerado, os motoristas também devem seguir as normas específicas para esses serviços na região.

Requisitos da solução tecnológica, aplicação mobile e web

- Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile estão especificados nos Anexos I a III deste Termo de Referência.

3.6 Responsabilidades da Contratada

A empresa contratada é responsável por garantir o cumprimento de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, incluindo:

- Disponibilizar o serviço de forma ininterrupta, 24 horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.
- Oferecer uma solução tecnológica que inclua aplicação web e aplicativo mobile, com as funcionalidades especificadas nos anexos do Termo de Referência.
- Permitir que o TRE-PA acesse a réplica do banco de dados, receba uma cópia da base de dados em mídia própria, ou tenha acesso remoto à base de dados para fins de gestão e transparência.
- Garantir a cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP) para os usuários, com cobertura de R\$ 50.000,00 por pessoa.
- Fornecer materiais, equipamentos e utensílios adequados para a execução do serviço.
- Em caso de contestação de valores, utilizar o Google Maps ou outro sistema similar para calcular a quilometragem.
- Garantir ao TRE-PA os direitos de propriedade intelectual sobre os produtos desenvolvidos, incluindo as atualizações.
- Assegurar que os direitos autorais da solução, projeto, especificações técnicas e documentação sejam exclusivos do TRE-PA, proibindo o uso sem autorização expressa.
- Assinar um Termo de Confidencialidade e Sigilo para proteger as informações do TRE-PA.
- Atender a todos os municípios listados no Termo de Referência.
- Comunicar ao TRE-PA com 72 horas de antecedência sobre a mudança de sistema, responsabilizando-se pela migração dos dados dos usuários.
- Manter uma equipe separada para atender o TRE-PA durante a fase de transição de sistema.
- Submeter à aprovação do TRE-PA quaisquer mudanças nos métodos executivos que se desviem do memorial descritivo.
- Informar e capacitar a fiscalização do TRE-PA sobre qualquer alteração no aplicativo que afete o layout, os procedimentos de solicitação de veículo ou a experiência com a plataforma.
- Estornar valores de corridas em caso de:
 - Erro na quilometragem.
 - Encerramento antecipado da corrida pelo motorista contra a vontade do usuário.
 - Finalização da corrida em local diferente do solicitado pelo usuário, gerando custos extras.
 - Não realização da corrida.
 - Percurso mais longo realizado sem a autorização do usuário.
- Exigir que seus colaboradores obedeçam às leis de trânsito.
- Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros sobre as atividades a serem desempenhadas, evitando desvio de função.
- Comunicar ao TRE-PA qualquer irregularidade durante a prestação dos serviços.

- Designar um preposto responsável pelo relacionamento administrativo com o TRE-PA.
- Arcar com todas as despesas, incluindo materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, seguros, taxas, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.
- Atender às solicitações de informação do TRE-PA em até 2 dias úteis.
- Orientar os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a cumprir as obrigações legais e as exigências do Termo de Referência e do edital de licitação.
- Prestar esclarecimentos ao TRE-PA sobre qualquer notícia que envolva a empresa contratada, mesmo sem solicitação.
- Cumprir todas as leis federais, estaduais e municipais.
- Responsabilizar-se por todos os prejuízos causados por infrações.
- Defender e arcar com os custos de ações judiciais propostas por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros que envolvam o TRE-PA.
- Responsabilizar-se civil e criminalmente por danos causados ao TRE-PA, seus servidores, empregados ou terceiros.
- Comunicar ao TRE-PA a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 horas de antecedência.

É fundamental que a empresa contratada compreenda e cumpra todas as suas responsabilidades, garantindo a qualidade, segurança e conformidade legal do serviço prestado ao TRE-PA.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam, especialmente, na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Resolução CNJ nº 400/2021, no Plano de Logística Sustentável do TRE/PA e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

a) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1/1993 e nº 272/2000 e legislação correlata.

b) Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18/1986, e nº 315/2002 e legislação correlata.

c) É desejável que o veículo a ser utilizado na execução dos serviços possua a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

4.1.2. A integração desses critérios e práticas de sustentabilidade na contratação dos serviços deste estudo não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também promove a responsabilidade social e a melhoria da qualidade do serviço prestado, alinhando-se aos princípios da administração pública responsável e consciente.

4.2. Requisitos legais

O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Nacional);
- Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 (Atualizada) - que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

4.3. Subcontratação

4.3.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: agenciamento de transporte de pessoas e materiais por meio de aplicativo.

4.3.1.2. A subcontratação fica limitada ao serviço de disponibilização de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, nos termos do art. 122 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021

4.3.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.5. Vistoria Técnica

4.5.1. Não há necessidade e viabilidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista os vários locais de execução.

4.6. Participação de consórcio na licitação

4.6.1. Não será admitida a participação de consórcio de empresas nesta licitação, pelos motivos constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.7. Participação de cooperativa na licitação

4.7.1. Será permitida a participação de cooperativas na licitação, desde que atendidas as condições previstas no art. 16 da Lei nº 14.133/21 e no edital.

4.8. Participação de Pessoa física

4.8.1. Não será permitida a participação de pessoas físicas, pois a presente contratação exige estrutura mínima da contratada, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física (art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **30 dias corridos** a partir do recebimento da ordem de serviço.

5.1.2. O tempo máximo de espera para o usuário, após a solicitação do serviço, será de **15 minutos**.

5.1.3. O serviço deve ser executado de forma **ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados**, com disponibilização pela Contratada de solução tecnológica para a operação e a

gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

5.1.3.1 Os serviços de transporte serão demandados, ordinariamente, de segunda a sexta-feira no horário de expediente do contratante e, eventualmente, após o horário de expediente, a depender da demanda do TRE, inclusive sábados, domingos e feriados.

5.1.4. Os serviços serão prestados na área urbana dos Municípios do interior do estado, conforme tabela abaixo:

UF	Municípios
PA	Abaetetuba, Abel Figueiredo, Acará, Afuá, Água Azul do Norte, Alenquer, Almeirim, Altamira, Anajás, Anapu, Augusto Corrêa, Aveiro, Bagre, Baião, Banach, Barcarena, Belterra, Bom Jesus do Tocantins, Bonito, Bragança, Brasil Novo, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Breves, Bujaru, Cametá, Canaã dos Carajás, Capitão Poço, Capanema, Castanhal, Chaves, Colares, Conceição do Araguaia, Concórdia do Pará, Cumaru do Norte, Curralinho, Curuá, Curionópolis, Curuçá, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Faro, Floresta do Araguaia, Garrafão do Norte, Goianésia do Pará, Gurupá, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Itaituba, Itupiranga, Jacareacanga, Jacundá, Juruti, Limoeiro do Ajuru, Magalhães Barata, Mãe do Rio, Marabá, Maracanaã, Marapanim, Medicilândia, Melgaço, Mocajuba, Moju, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Nova Ipixuna, Nova Timboteua, Novo Progresso, Novo Repartimento, Óbidos, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ourém, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Paragominas, Parauapebas, Pau D'Arco, Peixe-Boi, Piçarra, Placas, Ponta de Pedras, Portel, Porto de Moz, Prainha, Primavera, Quatipuru, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Rurópolis, Salinópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Izabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santarém, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, Sapucaia, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Araguaia, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João da Ponta, São João de Pirabas, São João do Araguaia, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfírio, Soure, Tailândia, Terra Alta, Terra Santa, Tomé-Açu, Tracuateua, Trairão, Tucumã, Tucuruí, Ulianópolis, Uruará, Vigia, Viseu, Vitória do Xingu, Xingua.

5.1.5. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile estão especificados nos Anexo I a IV deste TR.

5.1.6. Os acessos à aplicação web e ao aplicativo mobile devem ser realizados mediante o uso de login e senhas pessoais cadastradas pelos próprios GESTORES e USUÁRIOS, conforme especificado nos Anexo I e II deste TR

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.3. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1. A presente contratação terá como unidade de medida o quilômetro rodado, e o valor da corrida será igual à distância percorrida multiplicada pelo preço contratado por quilômetro.

5.3.1.1. O valor por quilômetro rodado foi definido por pesquisa de mercado.

5.3.1.2. O valor do quilômetro rodado não poderá ser superior ao preço de referência.

5.3.2. O valor global da proposta será calculado com a seguinte fórmula:

(C) = (A) x (B), sendo:

(C) = valor global da proposta (5 anos)

(A) = quantidade estimada de quilômetros para 5 anos.

(B) = valor unitário do quilômetro rodado.

5.3.2. Todos os veículos devem ter ar condicionado e atender às normas de segurança.

5.3.3. Não podem ser cobradas taxas adicionais por bagagem, retorno ou número de passageiros.

5.3.4. Os serviços serão prestados nas áreas urbanas de todos os municípios do interior do Pará, listados na tabela do item 5.1.4, incluindo bairros e distritos.

5.3.5. O serviço pode ser prestado por meio de qualquer meio regular e legal, incluindo:

5.3.5.1. Agenciamento de táxis.

5.3.5.2. Agenciamento de transporte remunerado privado individual de passageiros.

5.3.5.3. Locação de veículos.

5.3.6. A contratação visa uma solução que agencie e gerencie o chamamento de condutores, não a contratação direta de serviços de transporte.

5.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.5. Obrigações do contratante e do contratado

5.5.1. O termo de contrato definirá as **obrigações gerais da contratação**, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

5.5.2. *As condições de execução e obrigações **específicas** do objeto da contratação estão dispostas neste Termo de Referência e seus anexos, notadamente nos tópicos requisitos da contratação, descrição da solução como um todo, modelo de execução do objeto e modelo de gestão do contrato, **destacando-se os seguintes**:*

5.6. Deveres específicos do Contratado:

5.6.1. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

5.6.2. Informar e capacitar previamente a fiscalização da Contratante de toda e qualquer alteração feita no aplicativo que afete seu layout, os procedimentos para solicitação de veículo ou a experiência de forma geral com a plataforma.

5.6.3. Estornar, de forma proporcional e após a devida comprovação da fiscalização ou por iniciativa da própria Contratada, cobranças indevidas por:

5.6.3.1. Falha no sistema;

5.6.3.2. Encerramento antecipado do motorista contra a vontade do usuário;

5.6.3.3. Finalização do motorista em local distinto do solicitado pelo usuário que tenha gerado custos extras;

5.6.3.4. Por não realização da corrida;

5.6.3.5. Por cumprimento de percurso mais longo sem autorização do usuário.

5.6.4. Exigir que seus colaboradores obedeçam estritamente às leis de trânsito.

5.6.5. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.6.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.6.7. Designar preposto responsável pelo relacionamento administrativo com a Contratante, quando da assinatura do contrato, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento do serviço.

5.6.8. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato.

5.6.9. Atender as solicitações de informações da Contratante no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

5.6.9.1. Em caso de necessidade de elasticidade de prazo para resposta à referida solicitação do subitem anterior, enviar ao TRE, formalmente, ofício com as devidas razões.

5.6.10. Orientar os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a cumprir de forma adequada as obrigações legais e as exigências deste TR e do edital de licitação e seus anexos.

5.6.11. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da Contratada, independentemente de solicitação.

5.6.12. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.

5.6.13. Responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações judiciais eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros envolvendo a Contratante, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes.

5.6.14. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados à Contratante, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos

causados pelos seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros na execução do serviço.

5.6.15. Comunicar à Contratante a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo a manutenção ocorrer fora do horário comercial, preferencialmente entre 22h e 05h.

5.6.15.1. Caso a Contratada necessite de prazo ou período diferente do acima estabelecido para interrupção do funcionamento da solução tecnológica, objetivando a manutenção preventiva e atualização, deverá formalizar solicitação à Contratante, que avaliará e decidirá o pleito.

5.6.16. Prestar o serviço de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento, inclusive plantões e emergências, observadas as disposições estabelecidas neste Termo.

5.6.17. Disponibilizar solução tecnológica para operação e gestão do serviço, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, devendo atender aos requisitos e funcionalidades estabelecidos nos Anexos I, II e III deste TR.

5.6.18. Possibilitar à Contratante acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados referentes ao contrato, para análise do log de eventos, ou disponibilizar versão da base de dados em mídia própria à Contratante, ou ainda franquear acesso por intermédio de conexão remota pela rede de dados, com metodologia e protocolo a ser definido pela Contratante.

5.6.18.1. O acesso/disponibilização em questão também poderão ser atendidos por intermédio de soluções de webservice ou API de dados que viabilizem o consumo de todas as informações da base para gestão e transparência sobre os dados.

5.6.19. Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário para despesas médicas.

5.6.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

5.6.21. Em casos de contestação do valor, a Contratada deverá prever a extração da quilometragem extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes.

5.6.22. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

5.6.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

5.6.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.6.23. Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, com objetivo de prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade da Contratante reveladas à Contratada em função da prestação dos serviços objeto deste termo, onde a mesma compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros das informações restritas reveladas, sem a anuência de forma expressa da Contratante.

5.6.24. A Contratada deverá atender em sua área de cobertura, como origem e destinos dos atendimentos, todos os municípios e cidades contemplados no item 5.1.4 deste TR.

5.6.25. Em caso de a Contratada mudar de sistema para atendimento às demandas, está obrigada a comunicar formalmente à Contratante, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas como se dará a troca e será de sua exclusiva responsabilidade a migração dos cadastros dos usuários do aplicativo anterior para o próximo, sob pena de ser penalizada por descumprimento e inexecução do contrato nos termos da legislação pertinente.

5.6.25.1. O atendimento à Contratante na fase de eventual substituição de sistema deverá ser realizado por uma equipe diferente daquela destinada ao atendimento normal da empresa.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. A presente contratação envolve o tratamento de dados pessoais, motivo pelo qual deverão ser incluídas no termo de contrato as condições de cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

6.2. As partes deverão cumprir o disposto na **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)**, na **Resolução TRE/PA**

nº 5.699/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PGPPD) no âmbito do TRE-PA) e na Resolução/TSE nº 23.644/2021 (Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação - PSI, no âmbito da Justiça Eleitoral) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

6.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.10. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.11.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.13. Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Execução do Contrato

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

c) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

d) As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

e) O órgão poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.2 Rotinas de Fiscalização

a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

b) A fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus

agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.2.1 Fiscalização Técnica

a) O fiscal técnico, **que no presente contrato poderá ser o mesmo servidor designado para a fiscalização Administrativa**, acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)), sendo suas atribuições:

a.1) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

a.2) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

a.3) Comunicar à Coordenadoria de Licitações e Contratos, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

a.4) Emitir notificações para a correção da execução do contrato, sempre que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

a.5) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

7.2.2 Fiscalização Administrativa

a) O fiscal administrativo, **que no presente contrato poderá ser o mesmo servidor designado para a fiscalização técnica**, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)), cabendo a este:

a.1) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

a.2) Atuar tempestivamente na solução do problema caso ocorra descumprimento contratual, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

a.3) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

a.4) Observar, ainda, o que couber, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

b) Além destas obrigações, a fiscalização administrativa é responsável pela abertura e controle das ordens de Serviço, nos termos do tópico 3.3.c deste instrumento.

7.2.3 Fiscalização Setorial

a) **A fiscalização setorial deste contrato será exercida pelas chefias de cartório eleitoral**, que serão responsáveis por demandar e por acompanhar *in loco* a execução dos serviços ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 19, IV](#)).

a.1) Caberá aos fiscais setoriais, no que couber, exercer diretamente nas zonas eleitorais as funções de fiscalização técnica e administrativa no que tange à qualidade, pontualidade, e no estrito seguimento das obrigações contratuais, reportando-se sempre ao fiscal e ao gestor do contrato ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 24](#)).

7.2.4 Gestor do Contrato

a) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)), devendo, ainda:

a.1) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

a.1) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa

no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

a.2) O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

a.3) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

a.4) O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

a.5) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.3. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será adotado durante toda a vigência do contrato, contemplando indicadores, que serão acompanhados pela fiscalização técnica e administrativa, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

8.3.1. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos na execução dos serviços, como pontualidade e qualidade do fornecimento dos veículos.

8.4. Os níveis de serviços serão avaliados mensalmente e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços.

8.5. A primeira avaliação será formulada no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 30º dia da data de assinatura do Contrato.

8.6. Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

8.7. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.7.1. Tempo de disponibilização do serviço;

8.7.2. Atendimento da solicitação do serviço.

Do recebimento

8.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.8.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.8.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.8.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de](#)

[2022](#))

8.8.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.9.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

8.9.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.11.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de pagamento para a formalização do procedimento de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.15.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os

elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#), além das seguintes comprovações:

8.18.1. Da apresentação da cópia do relatório mensal emitido pelo fiscal do contrato da Contratante, consubstanciado no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, devidamente assinado pelo representante da Contratada;

8.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.24. Os pagamentos a serem efetuados à Contratada deverão considerar os indicadores na execução do serviço, com base no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, Anexo deste Termo de Referência.

Prazo de pagamento

8.25. O pagamento será efetuado **mensalmente** no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula de atualização:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$365$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$365$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

8.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.27.1. Em caso de apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo código de barras, o pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Fatura, devendo-se observar a emissão do documento pelo valor líquido, não sendo dispensada a indicação do valor bruto e do valor da retenção tributária.

8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Das retenções tributárias

8.29. Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as seguintes retenções:

1. Tributos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96, e [Instrução Normativa RFB nº 1.234](#), de 11.01.12, enquadrando o serviço de intermediação no código 6190 (Intermediação de negócios) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução Normativa, exceto quando se tratar de empresa optante pelo simples nacional, hipótese em que deverá ser apresentada, no ato da assinatura do contrato, a declaração prevista no Anexo IV da mesma Instrução Normativa; e

2. Imposto Sobre Serviços (ISS) previsto na [Lei Complementar nº 116](#), de 31.07.03, enquadrando o serviço de intermediação no item 10.05 da Lista de Serviços anexa à referida Lei. Para efeito do disposto neste tópico será observado o contido nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 116/03 (local do estabelecimento prestador). Em se tratando de empresa optante pelo simples nacional, a retenção se dará conforme enquadramento no respectivo Anexo da Lei Complementar nº 123/2006.

8.29.1. A empresa deverá destacar na Nota Fiscal as alíquotas dos tributos e os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

8.29.2. Na hipótese de ocorrer alteração nas normas referenciadas neste tópico, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

8.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.30.1. Para os fins de comprovação de que trata o item anterior, deverá ser apresentada a declaração de que trata o art. 6º da Instrução Normativa nº 1234/2012, em meio físico ou eletrônico assinado por certificação digital (não será aceito simples cópia digitalizada).

8.30.2. No caso de contrato de fornecimento continuado, a declaração será apresentada por ocasião do 1º (primeiro) pagamento, sendo dispensada nos demais. Caso haja a prorrogação do contrato, a declaração deverá ser apresentada novamente no 1º (primeiro) pagamento do novo período de vigência.

9. DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/03/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO ITEM ÚNICO**.

Exigências de habilitação

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Regime de execução

10.3. O regime de execução da contratação será a empreitada por preço unitário.

Habilitação jurídica

10.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede,

ou outra equivalente, na forma da lei.

10.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

10.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando, **a cada exercício**, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**.

10.20.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.20.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.20.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10%** do valor total estimado da contratação.

10.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.23. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

10.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.24.1.1. que demonstre(m) a execução de forma satisfatória do serviço de intermediação e agenciamento de veículos via aplicativo smartphone e ambiente web, com experiência no mínima de 12 meses e com o quantitativo mínimo de 15 municípios;

10.24.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.24.3. Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

10.24.4. Os atestados deverão conter as seguintes informações mínimas: a data da emissão, a identificação clara do contratante e da contratada, nome e cargo da pessoa que os assina, datas de início e conclusão do serviço, declaração expressa da prestação satisfatória do serviço.

10.24.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

10.24.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.24.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração ou pregoeiro, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Das Cooperativas

10.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 4.023.043,20** (Quatro milhões, vinte e três mil, quarenta e três reais e vinte centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela a seguir.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA		VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL TOTAL
				Anual	5 anos		
1	Intermediação e agenciamento de transporte terrestre de pessoas e materiais, por meio de aplicativo	24198	Km rodado	175.296	876.480	R\$ 4,59	R\$ 804.608,64
VALOR GLOBAL (5 ANOS)							R\$ 4.023.043,20

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: SEÇÃO DE TRANSPORTE (70266);

II) Fonte de Recursos: 01000000000;

III) Programa de Trabalho: PTRES:167588;

IV) Elemento de Despesa: 339033;

V) Plano Interno: ADM LOCVEI.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL E PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. advertência, exclusivamente pela infração prevista no subitem 13.1, alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1;

III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 13.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, quando as respectivas infrações justificarem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea anterior.

IV. multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato;

1.1. o atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de *inexecução parcial ou total do objeto*.

3. compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de *recusa em assinar o instrumento de contrato ou receber a ordem de serviço*.

4. em decorrência de outras infrações abaixo descritas, considerando os graus, percentuais e formas de incidência descritos nas tabelas 1 e 2 abaixo, limitada a 10% do valor total do contrato:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,20% do valor mensal do contrato
2	0,40% do valor mensal do contrato
3	0,80% do valor mensal do contrato
4	2% do valor mensal do contrato
5	4% do valor mensal do contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	5	Por dia e por ocorrência
2	Proporcionar situação que ocasione dano ou exponha à risco de dano à integridade física ou à saúde de pessoa.	4	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
3	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do fiscalizador.	3	Por ocorrência
4	Cumprir qualquer dos itens do Edital não previstos nesta tabela de multas.	2	Por item e por ocorrência
5	Cumprir qualquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador.	3	Por item e por ocorrência
6	Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado.	1	Por ocorrência

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.12. A sanção de **declaração de inidoneidade** é de competência do Presidente do TRE-PA.

13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

13.15. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.16. O recurso de que trata o subitem acima será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.17. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.15. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO TR, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. RELAÇÃO DE APÊNDICES E ANEXOS

15. RELAÇÃO DE APÊNDICES E ANEXOS

- ⇒ Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares.
- ⇒ Anexo I - Requisitos da solução tecnológica
- ⇒ Anexo II - Funcionalidades da aplicação Web
- ⇒ Anexo III - Funcionalidades do aplicativo Mobile (Solicitar, avaliar e consultar histórico)
- ⇒ Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR)
- ⇒ Anexo V - Relatórios Web
- ⇒ Anexo VI - Relatórios de Faturamento
- ⇒ Anexo VII - Modelo de Proposta

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2026

Ao: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
A/C: Agente de Contratações/Pregoeiro
Ref.: Pregão Eletrônico nº 00xx/2024.

PROPONENTE:.....
ENDEREÇO:.....N.º.....
BAIRRO:.....CIDADE.....UF.....
FONE:.....E-MAIL.....
CEP:.....C.N.P.J.....
REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:
NOME: FUNÇÃO:.....
RG: CPF:PROFISSÃO:.....
BANCO | AGÊNCIA | PRAÇA PAGAMENTO | CONTA CORRENTE

1.1. Apresentamos a nossa Proposta para a **contratação de pessoa jurídica especializada para intermediação e agenciamento de transporte terrestre, via aplicativo ou agendamento**, para atender às necessidades de deslocamento de magistrados, servidores e colaboradores do TRE-PA que atuam nas Zonas Eleitorais do interior do estado, conforme especificações constantes do instrumento convocatório:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA		VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL TOTAL
				Anual	5 anos		
1	Intermediação e agenciamento de transporte terrestre de pessoas e materiais, por meio de aplicativo	24198	Km rodado	175.296	876.480	R\$	R\$
VALOR GLOBAL (5 ANOS)							R\$

- 1.2. O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta)** dias, contados da data de abertura da sessão pública do Pregão.
- 1.3. O valor do quilômetro rodado proposto contempla a disponibilização da solução tecnológica (aplicação web e aplicativo mobile), o agenciamento dos condutores, seguros, taxas e todos os custos diretos e indiretos necessários à execução ininterrupta do serviço.
- 1.4. Declaramos que a solução tecnológica ofertada atende integralmente aos requisitos de funcionalidades e segurança previstos nos Anexos I a IV deste Termo de Referência, incluindo a capacidade de gerar relatórios de faturamento e auditoria em tempo real.
- 1.5. DECLARAMOS QUE:

I. Nos preços cotados estamos computando todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como

tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir;

II. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;

III. Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato correspondente;

IV. Estamos cientes e concordamos com TODAS as condições estabelecidas no Edital desta Licitação, no Termo de Referência e seus Anexos, inclusive com as regras de medição de qualidade e produtividade previstas no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**.

(-cidade-), (-dia-) de (-mês-) de 2026.

(-assinatura do responsável-)



Documento assinado eletronicamente por **CLEBER SOUSA FANJAS, Coordenador**, em 15/04/2026, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES DA COSTA RIBEIRO, Coordenador**, em 15/04/2026, às 10:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2991051** e o código CRC **CB5FB7B8**.

0005164-03.2023.6.14.8000

2991051v2